



BOLETIM INFORMATIVO – JULHO 2012

Edição nº. 09- Ano 17 - CRC/RS 3.112

AVISO IMPORTANTE

Sped Fiscal

Obrigatoriedade: Empresas da modalidade geral com faturamento superior a R\$ 3.600.000,00 no ano base 2010.

Prazo de entrega: 16/07/2012 envia-se o período de 01/01/2012 à 30/06/2012, após o envio será mensal no prazo até o dia 15 do mês subsequente ao encerramento do mês de apuração.

Sped Contribuições

Obrigatoriedade: A partir de 01/07/2012 as empresas do Lucro Presumindo passam a ser obrigadas ao envio, visto que as empresas do Lucro Real já estavam obrigadas a partir de 01/01/2012.

Prazo de entrega: até 10º dia útil do segundo mês subsequente ao que se refira a escrituração.

Ambos exigem que cada contribuinte terá a obrigação e a responsabilidade de gerar seus arquivos corretamente, conferindo todos os cadastros de fornecedores, clientes, produtos e suas respectivas tributações para que o contador receba os arquivos para conferência e validação de forma clara e segura.

GOLPE DO BOLETO: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL EMPRESARIAL DO BRASIL

Empresários de primeira viagem precisam abrir o olho, pois está cheio de gente contando com a desinformação alheia para ganhar um "dinheirinho" no mole. Estamos nos referindo do infame **golpe do boleto** da **Associação Comercial Empresarial do Brasil**.

Os Empreendedores de primeira viagem devem estar alertas para não se tornar vítimas de um golpe, antes mesmo de seus negócios começarem a funcionar. Aproveitando da inexperiência e ingenuidade de alguns, supostas associações de classe, sindicatos, assessorias e consultorias estão emitindo milhares de boletos bancários em nome de Empresas ainda em processo de constituição. O objetivo é confundir o Empresário, induzindo-o a acreditar que se trata de taxa obrigatória.

Apesar de os estrepantes no mundo empresarial serem os principais alvos, até firmas antigas têm recebido as cobranças. O problema acontece há mais de um ano, mas só agora as primeiras denúncias chegaram às autoridades. Como os valores dos boletos são relativamente baixos, entre R\$150,00 e R\$300,00, a maioria não se sente estimulada a denunciar ou recorrer ao Judiciário.

O Ministério Público, de alguns estados, já está investigando. Os responsáveis pelo envio dos boletos podem ser classificados como estelionatários e, se condenados, estarão sujeitos a penas de um a cinco anos de reclusão.

Os Empresários devem ficar atentos, porque, se pagarem uma vez, receberão novos boletos. E caso ignorem essas novas cobranças, serão acionados judicialmente.

Antes de pagar qualquer coisa, o Empreendedor deve, sempre, se perguntar se a cobrança é devida e qual o objetivo dela. Se desconhecer as respostas para tais indagações, deve investigar para encontrá-las. No entanto, se mesmo assim, não obter resultado satisfatório, não deve pagar a cobrança até estar certo de que é legal.

Esse tipo de golpe continua acontecendo porque a maioria das vítimas não denuncia. Caso o Empresário receba uma cobrança irregular, o ideal é que ele se dirija a uma delegacia e registre um Boletim de Ocorrência.

Na dúvida consultar a Visão Contabilidade que irá lhe orientar da melhor maneira.

RETENÇÕES

1-Retenção na fonte

Desde 01.02.04, os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação dos serviços abaixo relacionados, estão sujeitos à retenção na fonte da Contribuição Social (1,00%); Cofins (3,00%) e Pis (0,65%), totalizando 4,65%, sem prejuízo da retenção do imposto de renda (1,5% ou 1,0%) ou da retenção para a seguridade social, quando for o caso;

- a) serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra;
- b) prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e receber;
- c) remuneração de serviços profissionais:
 - c.1) administração de bens ou negócios em geral (exceto consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens);
 - c.2) advocacia; c.3) análise clínica e laboratorial; c.4) análises técnicas; c.5) arquitetura; c.6) assessoria e consultoria técnica (exceto o serviço de assistência técnica prestado a terceiros e concernente a ramo de indústria ou comércio explorado pelo prestador de serviço); c.7) assistência social; c.8) auditoria; c.9) avaliação e perícia; c.10) biologia e biomedicina; c.11) cálculo em geral; c.12) consultoria; c.13) contabilidade; c.14) desenho técnico; c.15) economia; c.16) elaboração de projetos; c.17) engenharia (exceto construção de estradas, pontes, prédios e obras assemelhadas); c.18) ensino e treinamento; c.19) estatística; c.20) fisioterapia; c.21) fonoaudiologia; c.22) geologia; c.23) leilão; c.24) medicina (exceto a prestada por ambulatório, banco de sangue, casa de saúde, casa de recuperação ou repouso sob orientação médica, hospital e pronto-socorro; c.25) nutricionismo e dietética; c.26) odontologia; c.27) organização de feiras de amostras, congressos, seminários, simpósios e congêneres; c.28) pesquisa em geral; c.29) planejamento; c.30) programação; c.31) prótese; c.32) psicologia e psicanálise; c.33) química; c.34) radiologia e radioterapia; c.35) relações públicas; c.36) serviço de despachante; c.37) terapêutica ocupacional; c.38) tradução ou interpretação comercial; c.39) urbanismo; c.40) veterinária.

2-Percentual a ser descontado:

4,65% sobre o montante pago, sendo porém, dispensada a retenção para pagamentos de valor igual ou inferior a R\$ 5.000,00. Entretanto, ocorrendo mais de um pagamento no mesmo mês à mesma pessoa jurídica, deverá ser efetuada a soma de todos os valores pagos no mês para efeito de cálculo do limite de retenção (R\$ 5.000,00).

3-Casos em que não se aplicam a retenção

Não será exigida a retenção da CSL, Cofins e Pis, nos pagamentos efetuados:

- a) Itaipu Binacional;
- b) empresas estrangeiras de transporte de cargas ou passageiros;
- c) pessoas jurídicas optantes pelo Simples

4-Prazo de recolhimento

De forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, até o último dia útil da quinzena subsequente àquela quinzena em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica prestadora do serviço.

Observações importantes:

- a) A obrigatoriedade da retenção e recolhimento é da pessoa jurídica tomadora dos serviços, (inclusive associações, fundações, condomínios, etc);
- b) Mesmo que não haja destaque na nota fiscal da prestadora de serviços, se houver obrigatoriedade de retenção, a tomadora deverá fazê-lo;
- c) Como as pessoas jurídicas optantes pelo Simples estão dispensadas de fazer a retenção da CSL, Cofins e Pis, torna-se importante que a empresa optante pelo Simples que contratar serviços que se enquadrem nos itens a, b, c, acima, informem essa situação à empresa prestadora, para que a mesma não destaque a citada retenção quando da emissão de sua nota fiscal.
- d) O destaque dos valores de retenção no corpo da nota fiscal, auxilia o tomador do serviço e também a empresa emitente da nota fiscal, pois facilita na hora da compensação com as contribuições a serem pagas, uma vez que essas retenções são consideradas como antecipação.



VEJA OS CUIDADOS AO TRAZER PRODUTOS COMPRADOS NO EXTERIOR

Com o crescimento da economia brasileira, as pessoas estão tendo acesso a um nível de renda maior. Em decorrência do aumento do poder de compra, cada vez mais os brasileiros vão ao exterior, entre outros motivos, para comprar produtos. Quando voltam ao País, porém, têm sérios problemas na alfândega.

A Receita Federal impõe dois limites para os itens trazidos do exterior: um de ordem financeira e outro de ordem quantitativa. Em relação ao financeiro, o limite para isenção de impostos é de US\$ 500; passando disso, o excedente sofre tributação de 50%.

Cuidado com a quantidade

Além desse limite financeiro, a Receita estipula um limite quantitativo. **No caso de produtos que custam até US\$ 10, você só pode trazer 20 itens no total, desde que não haja mais do que 10 unidades idênticas. No caso dos produtos que superam esse valor, só é possível trazer 20 unidades no total, desde que não haja mais do que 3 unidades idênticas.**

Conforme explica o fiscal da alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo, André Martins, se a pessoa excedeu o limite de quantidade e não declarou, os itens serão retidos e não será possível reavê-los.

Assim, além de ficar ligado no limite financeiro, é importante observar a quantidade que está trazendo. Há itens ainda para os quais existem quantidades máximas específicas, como as bebidas alcoólicas, que são 12 litros no total. Cigarros, charutos e fumos também não podem ultrapassar 10 maços, 25 unidades e 250 gramas, respectivamente.

Roupas não são isentas

Martins explica que as roupas são justamente os itens que dão mais problemas na alfândega. Principalmente porque nem todo mundo está ciente de que, desde outubro de 2010, as roupas não são mais isentas. Desta forma, se um brasileiro resolve comprar o enxoval do bebê em Nova York, precisa ficar dentro dos limites de quantidades e valores.

Máquinas fotográficas, relógios e celulares são itens que normalmente geram dúvidas. A regra é a seguinte: se você tiver apenas um item de cada produto, não importa se levou do Brasil ou se comprou no exterior, mas foi usado por você - durante a viagem - ele é isento.

E quem morou fora?

Muitos brasileiros vão ao exterior para fazer um intercâmbio, um MBA ou com fins profissionais. Esses são casos específicos. Se ficou durante um ano, ininterruptamente, e estiver voltando, mas de mudança ao Brasil, todos os produtos que comprou durante o período, fazendo uso pessoal, serão isentos.

O que você leva daqui

Desde o ano passado, acabou aquele processo de declarar, ainda no Brasil, quais produtos você está levando para o exterior. Isso quer dizer que, se você tem um item importado, comprado em uma viagem anterior, por exemplo, é importante levar a nota dele ou o DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) - documento que comprova o pagamento do tributo.

O que não pode

Segundo Martins, itens como peças para carros simplesmente não podem ser trazidos do exterior. Nesses casos, deverão passar pelo processo comum de importação. Menores de idade não podem trazer em suas bagagens bebidas alcoólicas, em nenhuma quantidade. Se ele estiver acompanhado dos pais, porém, não há problema. Brinquedos que se assemelhem a armas de fogo são vetados. Há ainda produtos que não são vetados, mas precisam de licença, como remédios e produtos médicos.

Fonte: InfoMoney

"Escolhe um trabalho de que gostes, e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida."

Confúcio



Agenda das Principais Obrigações JULHO/2012



DIAS	COMPROMISSOS
02/07	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos , impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de junho/2012
06/07	SALÁRIOS JUNHO GFIP - JUNHO
09/07	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - JUNHO Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa , de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 à 08/07/2012
12/07	ICMS - COMÉRCIO - JUNHO
16/07	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN – JUNHO Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa , de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 09 à 15/07/2012
20/07	GPS - JUNHO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - JUNHO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - MAIO
23/07	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e demais descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente julho/2012 ICMS - INDÚSTRIA - JUNHO ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - JUNHO Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa , de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 16 à 22/07/2012 ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - MAIO
25/07	IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - JUNHO COFINS - JUNHO PIS - JUNHO
31/07	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - JUNHO - ESTIMATIVA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - LUCRO PRESUMIDO - 2º TRIMESTRE IRPJ - JUNHO - ESTIMATIVA IRPJ - LUCRO PRESUMIDO - 2º TRIMESTRE 4ª QUOTA IRPF 2012
02/08	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa , de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 23 à 31/07/2012



Mantenha-se conectado com a Visão:

www.visaocont.com.br

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade